



## **QUESTÃO AGRÁRIA E A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM IRARÁ: Um olhar a partir da associação Quilombola da Comunidade Tradicional Tapera Melão**

**Michele Gomes da Silva<sup>1</sup>; Kássia Aguiar Norberto Rios<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Discente do Curso de Tecnologia em Alimentos-CETENS– UFRB; E-mail: michelesilvatec2@gmail.com estudante@provedor, <sup>2</sup>Orientadora – Profa. Adjunta do CETENS – UFRB. E-mail: kassiaros@ufrb.edu.br

### **RESUMO**

Esse estudo faz uma análise no âmbito da questão agrária, sobre a importância da produção de alimentos em Irará, como uma alternativa para a geração de renda e subsistência familiar, em especial nas comunidades tradicionais. No município, a produção e o beneficiamento de alimentos são atividades desafiadoras para a reprodução social dos agricultores e agricultoras familiares, visto a luta histórica pela permanência nos territórios tradicionais, o que caracteriza a titularização e regularização do território. Como lócus da pesquisa de campo elegemos a Associação Quilombola dos Produtores Rurais da Tapera Melão e buscamos compreender como as suas ações de mobilização e conscientização dos direitos territoriais têm contribuído no desenvolvimento da comunidade, com destaque para a produção de alimentos. Metodologicamente tivemos como base a pesquisa participante, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e entrevistas com membros da comunidade. Os resultados obtidos foram: compressão do modelo produtivo e formas de beneficiamento de alimentos, entendimento acerca da posse e propriedade da terra.

**Palavras-chave.** Alimentos; Comunidade; Produção; Questão Agrária; Quilombolas.

### **ABSTRACT**

This study analyzes, in the context of the agrarian question, the importance of food production in Irará, as an alternative for income generation and family subsistence, especially in traditional communities. In the municipality, the production and processing of food are traditional territories, which the securitization and regularization of characterizes the historical struggle for permanence in traditional territories. As the locus of field research, we list the Quilombola Association of Rural Producers of Tapera Melão and seek to understand how its actions to raise awareness and awareness of territorial rights, contribute to the development of the community, with emphasis on food production. Field method researched as research base to research, community bibliography and interviews with community members. results obtained through the choice of land of the productive model and ways of improvement of understanding about the tenure and property

**Key words:** Foods; Community; Production; Agrarian Question; Quilombolas.

## 1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão nasce no âmbito do curso superior de Tecnologia em Alimentos com Ênfase na Educação do campo, que tem como área temática “Questão Agrária e a Importância da Produção de Alimentos em Iará: Um olhar a partir da Associação Quilombola da Comunidade Tradicional de Tapera Melão”, retrata a importância da produção de alimentos e as tecnologias sociais no âmbito do desenvolvimento do campo em uma perspectiva social, política e cultural.

Tendo em vista o anseio em entender e discutir a situação dos problemas agrários em Iará e como essas propriedades são organizadas, surge a oportunidade de pesquisar sobre a produção de alimentos e como um território quilombola vem desenvolvendo essa atividade frente aos desafios. Mediante tal abordagem, esse estudo busca compreender, a partir do modelo organizativo de uma comunidade rural (Associação), como a produção de alimentos vem sendo desenvolvida num território quilombola, que por vezes, vivencia há décadas a luta por seus direitos.

A partir desse contexto, o modo de vida e as relações socioeconômicas, ambientais, culturais e políticas dos camponeses ressaltam a importância do reconhecimento desse grupo social como base para o processo de desenvolvimento (esfera multidimensional) do campo e das milhares de famílias que sobrevivem neste espaço. Trata-se de um grupo social que foi constituído tendo como base de sua sobrevivência a prática da agricultura familiar.

Os camponeses e/ou agricultores familiares podem ser compreendidos como “camponês” uma “figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento, da cultura e que possuem uma ancestralidade” (SHANIN, 2005, pág.1). Nesse sentido, o território camponês, espaço habitado por este grupo social, de acordo com Fernandes “compõe-se ao espaço de vida da classe familiar e o lugar onde são desenvolvidas as tradições de um povo” (2009, p.58).

A sua origem está estreitamente relacionada com o modo de uso das terras e como ela vem proporcionando a garantia da produção e para a sobrevivência, com características marcantes e que adotam as relações das realidades vividas, da resistência construída a partir da unidade e da organização familiar.

Embora o campesinato seja um espaço múltiplo no desenvolvimento entre as relações de trabalho e organização familiar, percebemos que a inserção do capitalismo se concentra sob o enraizamento territorial, que parte deste processo no desenvolvimento das questões geográficas do país.

Dados do IBGE (2017) revelam que a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, e 40% da população economicamente ativa depende desta atividade. No estado da Bahia, essa atividade é desenvolvida em mais de 75% dos estabelecimentos rurais, mesmo ocupando apenas 32,2% da área total dos estabelecimentos existentes no Estado.

Mesmo com sua relevância social, econômica, ambiental e cultural observa-se que esse grupo carece, historicamente, da efetivação de políticas públicas básicas à sua sobrevivência. Questões relativas à estrutura fundiária, moradia, saneamento básico, abastecimento de água, luz, serviços públicos de saúde, educação e lazer são algumas das carências e contradições vivenciadas pela população que vive no e do campo (Fernandes, 2008). Acrescenta-se a esse cenário os aspectos relativos aos espaços de produção e o beneficiamento de alimentos, que na maioria das vezes encontram-se desestruturados, sem assistência técnica, acesso a crédito, maquinário adequado, etc.

O processo histórico de formação do Brasil foi constituído tendo como base a exploração massiva da natureza, a ocupação de extensas áreas e o trabalho escravo. Esse tripé, entre outras consequências, conformou ao país uma estrutura fundiária extremamente desigual e concentrada nas mãos de poucos.

Nesse percurso, milhares de trabalhadores camponeses foram expulsos de suas terras, restando-lhes apenas a venda de sua força de trabalho aos latifundiários, ou seja, um processo de organização da produção da sociedade e de seu território que teve como base a exclusão e a negação de direitos.

Portanto, o cenário que envolve historicamente o campo brasileiro tem revelado um projeto de sociedade que não contempla a diversidade e as particularidades que compõem esse espaço. Sejam estas no âmbito social, econômico, ambiental, cultural e educacional. O que se observa é que o espaço nunca foi visto/pensado/planejado de acordo com sua complexidade e ao mesmo tempo especificidades.

Durante décadas criou-se um estereótipo de “campo” e “camponeses”, como um espaço ultrapassado, sem perspectivas de desenvolvimento, a não ser o da lógica dominante, cabendo a estes somente incorporá-las. Tais “imagens”, além de mascarar a realidade, corroboram com a lógica excludente e preconceituosa imposta aos grupos sociais do campo.

É nesse contexto que nasce o desejo de construção desta pesquisa, que tem por objetivo analisar a importância da produção de alimentos no município de Irará, Bahia, tomando como recorte empírico analítico a Associação Rural Quilombola da Tapera Melão.

O município de Irará encontra-se localizado no estado da Bahia, no território de Identidade do Portal do Sertão. De acordo com censo de 2010, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui uma população estimada, em 2020, de 29.173 habitantes. Destes 11.246 ocupam o espaço urbano, correspondendo a 40,9% e 16.220 ocupa o espaço rural (59,9%). Uma população rural que tem como base de sua sobrevivência a agricultura familiar.

É neste espaço rural que encontram-se centenas de famílias, as quais integram as comunidades tradicionais existentes no município, dentre elas destacamos algumas que se identificam como quilombolas: Massaranduba, Olaria, Baixinha e Tapera Melão.

As comunidades tradicionais integram socialmente a sua história por uma relação de dependência e identidade com os territórios que ocupam, visando garantir sua permanência e sobrevivência acreditando que, aquele espaço onde residem é seu por direito. Pois, a disputa não é apenas por direito ao acesso à terra, mas sim o grande impacto que a negação e a desapropriação acarretarão na vida das famílias.

Dessa forma, o contexto social dessas comunidades faz referência com a história de luta e a resistência de grupos sociais na busca por direitos jurídicos e humanos. Assim, faz-se necessário lutar de forma democrática, para que estes possam ter garantidos os direitos básicos para a manutenção e permanência do modo de vida, independentemente da sua raça, crença ou etnia. Nesse cenário, destaca-se a comunidade de Tapera Melão, que se encontra localizada a seis quilômetros na região oeste do município de Irará e é constituída por aproximadamente 800 moradores e 200 famílias (SANTOS, 2018).

Esta comunidade tem seu contexto histórico marcado a partir das doações de terras e das fragmentações de uma grande propriedade. A estrutura das casas é feita de alvenaria, apresentando carências em sua infraestrutura, como por exemplo, no tratamento de esgotos, na ausência de estradas asfaltadas e na coleta seletiva do lixo.

A realidade da Tapera compara-se com a de muitas outras comunidades, as quais não possuem as condições mínimas de saneamento básico e que não fazem parte da universalização, considerada uma necessidade básica da população brasileira. Diante do exposto, os moradores estabelecem práticas que vêm amenizando a ocorrência de doenças, através da prevenção e a diminuição dos índices de poluição.

Dessa forma, é importante discutir sobre a existência de um grande desafio quando se trata nos avanços para o desenvolvimento do campo, é como se fôssemos pensar em duas esferas da sociedade brasileira, como uma dinâmica específica de contradições sociais que

envolvem os sujeitos. Embora exista também uma mobilização social que luta diariamente em prol de um projeto de campo e de sociedade.

Assim, ainda consideramos que essas contradições surgem como uma proposta de reivindicação, que visa transformar a realidade de uma forma contundente, modificando as formas do desenvolvimento social, cultural e ambiental voltados a esses povos.

Podemos afirmar, que na comunidade existe a produção e o beneficiamento de alimentos, esses que fazem parte da geração de renda e da economia local. Dessa forma, a produção de alimentos é uma atividade bem presente, realizada por homens e mulheres que dependem diariamente dessa produção para garantir a subsistência familiar.

Nessas circunstâncias, a Associação Quilombola dos Produtores Rurais da Tapera Melão vem promovendo o entendimento social, político e econômico de forma a realizar ações coletivas de fortalecimento na produção e comercialização dos produtos.

Organizando de forma associativa a inserção do produtor no mercado, percebemos que, o beneficiamento da mandioca tem sido uma oportunidade que se destaca como uma fonte de renda para muitas famílias, que buscam manter-se naquele espaço em um mundo capitalista.

A produção de alimentos, na perspectiva da agricultura familiar consiste numa atividade de base familiar relevante para a emancipação e crescimento do sujeito do campo. Nessa oportunidade, os conceitos básicos para o desenvolvimento dessa pesquisa foi pensar diretamente como solucionar as dificuldades existentes, abrindo discussões frente a inserção de atividades formativas e educativas como, por exemplo, a criação de mini cursos (oficinas) caracterizando as formas de estimular o conhecimento científico através do conhecimento popular.

Assim, esta pesquisa se propõe estudar a situação da produção de alimentos na Comunidade Tapera Melão, considerando a importância da apropriação do conhecimento científico na qualificação dos produtos e na produtividade.

## **2 – CAMINHOS METODOLÓGICOS**

O desenvolvimento desta pesquisa científica propõe uma discussão entre o conhecimento prático e teórico na Comunidade Tradicional Quilombola de Tapera Melão. A construção dessa pesquisa permitiu o levantamento da relação territorial e da produção de alimentos local. Os procedimentos metodológicos utilizados tiveram como base a pesquisa participante, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e entrevistas com membros da comunidade.

No primeiro momento, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental acerca das principais produções científicas relacionadas à temática e documentos que retratavam o processo de formação sócio territorial do município de Iará e as comunidades tradicionais ali existentes. Esse levantamento foi a base necessária ao entendimento da questão agrária local.

Ainda no levantamento documental, conhecemos o projeto da Associação Quilombola e compreendemos como aquela comunidade se auto define como descendente de escravizados e escravizadas e, as atividades voltadas à produção de alimentos no local. Esse momento foi de suma importância para conhecer os desafios e potencialidades da produção, o processamento de alimentos na comunidade e de que maneira a Associação vem participando como representante social.

No segundo momento, aliadas as informações identificadas na etapa anterior, foi desenvolvida a pesquisa estatística, a fim de traçar primeiro o perfil socioeconômico do município e dos associados atendidos pela Associação.

O terceiro momento foi dedicado ao trabalho de campo, no qual realizamos a observação participante, as entrevistas com moradores da comunidade, a construção do DRP e estudos relacionados a história da comunidade com moradores mais antigos. Assim, a construção dessa pesquisa é atrelada às discussões anteriores, onde Iará se constitui um município que vem desconstruindo a realidade excludente da agricultura camponesa através da mobilização social e produtiva das comunidades.

O quarto procedimento metodológico foi construído a partir da realização de atividades formativas que, tiveram como objetivo conhecer a diversidade de produtos alimentícios que a agricultura familiar produz no local.

Dessa maneira, o processo de formação possibilitou estimular a capacidade e a força de vontade que os agricultores e agricultoras possuem em melhorar a produção e beneficiamento dos alimentos, com destaque a mandioca. Nessa etapa, realizamos a oficina sobre as “Boas Práticas de Fabricação de Alimentos e Derivados da Mandioca”, com um público participante de 16 mulheres. Essa atividade permitiu entender como acontece a produção de alimentos na comunidade e a importância dessa produção para a geração de renda familiar.

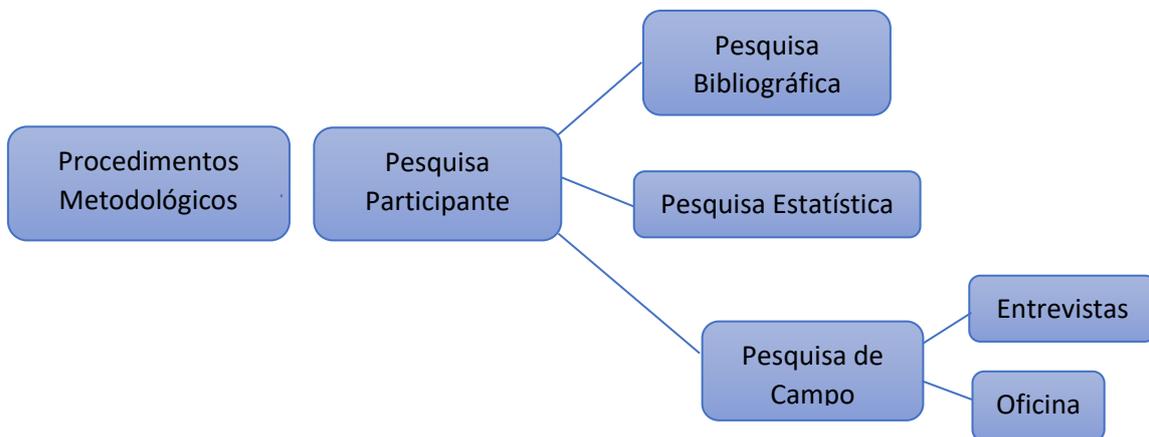
Ainda durante essa atividade, abordamos a importância com cuidados na manipulação de alimentos, desde o controle higiênico sanitário até os atributos na segurança e na preparação dos alimentos, os métodos de higienização do ambiente, os utensílios, os equipamentos, do manipulador e dos alimentos, métodos de aquisição e armazenamento, garantindo assim, um preparo seguro.

Os resultados foram bastante satisfatórios, nos quais as mulheres perceberam a diversidade de cultivar a mandioca e o seu potencial na produção de alimentos. Assim, essa atividade contribuiu de forma significativa para a compreensão da importância do beneficiamento de alimentos para a comunidade local.

Contribuiu também para viabilizar o desenvolvimento dessa pesquisa, pois foi preciso entender o contexto social da comunidade e de que forma suas propriedades foram definidas como parte de um território tradicional.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos foram de suma importância para a construção da pesquisa, tanto para a obtenção de dados e análise pretendida, bem como o caráter formativo que também integrou os nossos objetivos. Na figura 1 apresentamos a síntese de nossos percursos metodológicos.

**Figura 1.** Procedimentos metodológicos



**Fonte:** Elaborado pela autora.

### **3 – QUESTÃO AGRÁRIA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE IRARÁ-BA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

De acordo com Nogueira (1998), o município de Irará originou-se no século XVII, em que era habitado pelos índios Paiaiás, um subgrupo dos índios Quiriris. O nome "Irará" tem origem no tupi *eîrara*, que significa "Irará". O processo histórico de formação do município de Irará foi constituído através das relações entre os primeiros habitantes que ocuparam esse espaço, o qual passou a ser considerado como parte da sesmaria de Garcia d'Ávila, na Capitania da Baía de Todos os Santos. Nesse contexto, as relações dialéticas são elementos constituintes

de uma formação histórica marcada pelas explorações das terras dos então municípios, caracterizado por uma distribuição geográfica desigual, proveniente das especificidades do campesinato subordinado pela classe capitalista.

O predomínio das apropriações das terras do município passou a ser entendido como um campo espacial agrário de complexidades múltiplas das relações socioeconômicas, na reprodução de um paradoxo comum na relação entre o espaço e a sua ocupação.

A questão fundiária em Iará se encontra distribuída de forma desigual, apresentando um índice gini 0,715. As terras do município são divididas entre minifúndios, médio e grandes latifúndios, onde os minifúndios são destinados para a pequena produção agrícola, como o plantio de mandioca, milho, feijão, batata-doce e hortaliças, dos quais fazem parte os da geração de renda de muitas famílias.

As pequenas e médias propriedades concentram-se nas mãos de alguns produtores do município, já as grandes propriedades encontram-se nas mãos dos senhores de fazendas para produção de pastagem e criação de gado. Sobre isso podemos interpretar que as desigualdades se mostram presentes no campo, como afirma CALDART (2012, p. 125).

O fato de o capitalismo penetrar diretamente no mercado de terras, transformando-as em ativo mercantil completamente ajustado às necessidades da expansão da produção de commodities, não elimina a contradição original, pois a terra não é mercadoria – ou seja, um produto do trabalho humano – e, portanto, não pode ser convertida em mercadoria pela apropriação capitalista dos recursos naturais.

A realidade é mais complexa, a luta por acesso à terra consiste numa realidade de marginalidade pelas esferas capitalistas, onde os agricultores não têm muitas oportunidades de organização da sua agricultura, disputam seu espaço de produção com seu espaço de moradia.

Embora seja uma realidade mútua, é preciso que haja a busca por uma reorganização territorial, que haja a inclusão a todos e divisão correta de direitos. Nesse sentido, a luta social parte da premissa da negligência, da negação dos direitos e para isso a luta caminha por meio dos movimentos sociais, principalmente dos assentamentos de reforma agrária e das comunidades tradicionais. (CARVALHO, 2005.)

O campesinato, enquanto uni-dade da diversidade camponesa, se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas ainda, que inseridos na economia capitalista. (Carvalho, 2005, p. 171).

A geração de renda municipal faz parte das atividades agropecuárias camponesa e familiar, onde a produção é para a própria subsistência e comercialização em redes de mercado. Isso se dá por conta do tamanho da propriedade da terra ser insuficiente para produzir em larga escala e o camponês também está sujeito a subordinação do capital.

No município de Ipirá, os camponeses enfrentam dificuldades com a produção, pois não possuem quantidades de terras suficientes para desenvolver as suas atividades, ou seja, as terras encontram-se distribuídas de forma desigual, onde o ditado popular fica efetivado: “muitos com poucos e poucos com muito”. A geração de renda na cidade gira em torno das atividades agropecuárias, trabalhos em redes de supermercados e plantação de pastagens para criação de gado. Daí a importância e necessidade de discutirmos sobre a agricultura camponesa em Ipirá e como ela vem sendo desenvolvida.

A expansão das relações capitalistas vem se expandindo no campo, ocasionando entendimentos distintos sobre o campesinato e como ele vem sendo negado, ou até mesmo inexistente. A luta pela permanência no campo é uma resistência atrelada aos aspectos que fundamentam o homem do campo como sujeito raiz daquele espaço, espaço de desenvolvimento das culturas, costumes e valores de um povo que vem sendo marginalizado pelo extrativismo do capitalismo.

A partir dos elementos acima, os interesses capitalistas se intensificam cada vez mais no município, favorecendo a negação dos territórios para quem realmente faz o bom uso deles, o que implica diretamente na garantia da existência do camponês e do campesinato guiado por um conflito de interesses sociais.

Dessa forma, podemos dizer que essa luta parte das premissas dos movimentos sociais, que vem buscando mudar a subordinação dos produtores que se dá através da produção destinada à venda para os atravessadores, que são negociadores do comércio, dos quais os agricultores dependem para que tenham suas mercadorias vendidas, afinal precisam dessas vendas para garantir a sua sobrevivência e melhorar as suas condições de vida.

Vemos esse encadeamento como a desvalorização da produção e do produtor, uma vez que, é ele que faz todo o processo até chegar ao produto e tem esse produto comercializado por um valor inferior, ou seja, um valor atribuído por esses atravessadores. Trata-se da negação da reprodução de vida do camponês como produtor rural.

Para melhor compreender esse processo, surge a necessidade em pesquisar e discutir os problemas relacionados com o tamanho da propriedade da terra e quem depende dela para reproduzir a vida.

Desse modo, este estudo faz referência às questões relacionadas com o uso e posse da terra e formas de distribuição, abordando os principais aspectos de ocupação do território e as lutas pela garantia da terra. Assim, faz-se necessário entender que o campo de luta é para além da defesa territorial, é também na discussão da identidade étnica, do pertencimento e da ancestralidade de povos tradicionais.

Assim, ergue-se a oportunidade de discutir os principais aspectos que envolvem a questão agrária e a produção de alimentos na comunidade, bem como de abordar uma reflexão acerca do modelo produtivo e suas das formas de organização, proporcionando um entendimento amplo em relação às diferenças, compreendendo as lutas em prol do reconhecimento de suas identidades e tradições, abordando ainda uma discussão frente a conquista do território e os desafios ao longo do caminho.

Compreendemos que esta comunidade se caracteriza pelo contexto histórico de formação, marcada pela segregação de direitos, exploração e por diferença étnica inerentes às relações econômicas dos sujeitos que existem nela e através dela. No entanto, “a comunidade da Tapera se inscreve no contexto da formação territorial do município de Iará e do território brasileiro” (SANTOS, 2008, p.151). Assim, a autora situa que,

Até o século XIII, as terras do povoado da Tapera estavam anexadas às terras da Igreja Católica, em especial das missões jesuíticas. Com a expulsão dos religiosos, parte destas terras foi anexada aos grandes latifundiários. No início do século XIX, as terras na qual o povoado da Tapera foi erguido, foram ocupadas por um português de nome João Costa Melão. Toda a área foi destinada ao cultivo da cana-de-açúcar e de fumo (SANTOS, 2008, p.151).

Com base nisso, a população ativa é de homens, mulheres, crianças e idosos, atingindo um público de mulheres em sua maioria. Verificamos que esse público reside na comunidade e a partir da organização social, da produção da agricultura familiar, do beneficiamento de produtos, vem eliminando as possibilidades do êxodo rural. É importante destacar que essa produção de alimentos é a principal atividade do desenvolvimento econômico, social e cultural.

A expressão “Comunidade Remanescente de Quilombo”, evidência a denominação para comunidades constituídas por escravizados, de povos que viviam em constante situação de conflitos, marcadas pela segregação de direitos e valores, como na luta pelo seu território.

A identidade étnica das comunidades faz referência a uma proposta de sociedade mais justa, de pessoas organizadas em função da negritude, em um movimento negro que se constitui contra ao racismo, na luta e por inclusão de políticas públicas desenvolvimentista. (O’Dwyer, 2006).

Nesse processo, como já dissemos, os povos de comunidades tradicionais viviam em constante situação de conflitos, marcadas pela segregação de direitos e valores, com o seu território sendo um expressivo campo de batalha, pela efetividade do direito ao seu espaço, pela natureza e pela preservação de suas identidades.

É importante destacar que as lutas não foram só para defender a propriedade da terra, mas sim para desconstruir o racismo estrutural, como na exclusão materializada do território,

buscando colocar um fim em um sistema totalmente racista e que negligencia a garantia de direitos, colocando-os à margem da sociedade.

As comunidades tradicionais quilombolas “conjugam a construção material ‘funcional’ do território como abrigo e base de ‘recursos’ com uma profunda identificação que recheia o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura” (HAESBAERT, 2004, p.5).

O Quilombo como local de origem, possui características de organização a resistência das pessoas que lutavam por liberdade, tendo a terra como uma conquista coletiva, sendo um campo proposto para o desenvolvimento de pesquisas, que reafirme a efetividade de direitos ao seu espaço por natureza e na preservação de suas identidades.

No entanto, de acordo com o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. De certo modo, é como uma análise quantitativa das condições de uso e posse da terra por meio da sociedade, a fim de que seus direitos sejam garantidos caracterizando uma conquista frente ao sistema escravocrata, como na luta por igualdade.

A análise socioeconômica das comunidades tradicionais diz muito com os projetos e políticas de estado que essas comunidades são contempladas e a existência da constituição de um espaço tradicionalmente cultural, ou seja, tornando-se um ambiente de organização social da população negra.

Assim, é importante discutir que quando falamos no avanço do capitalismo, estamos falando de um novo modelo tecnológico vinculado a uma discussão emblemática social e cultural do país, onde a raça está diretamente ligada a um processo histórico de disputas das territorialidades.

Aspectos que configuram a questão agrária, que embora possa ser analisada por diversas vertentes, compreendemos como uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade se organiza sobre o espaço, refere-se a posse, uso e propriedade da terra.

Nas últimas décadas, as diversas indústrias de insumos cresceram significativamente, ou seja, equipamentos, sementes, fertilizantes, adubos químicos para “facilitar” a vida do produtor, mas na verdade isso tudo significa o surgimento da burguesia agrária e modernização capitalista. A verdade é que, enquanto o capitalismo existir, não teremos uma igualdade de inclusão a todos e muito menos uma característica intrínseca de propriedades sociais.

[...] “É possível perceber que a terra sempre foi motivo de luta, resistência e também de violência, pois aqueles considerados senhores e detentores do capital sempre se sentiram os donos da terra” (OLIVEIRA, et al, 2020, p.25). Podemos perceber que as diferenças sociais tornam-se presentes a cada instante, pois a dominação dos recursos naturais, a exploração da mão-de-obra e a escravidão nunca deixaram de existir.

Mediante ao exposto, as contradições entre a relação de uso e posse da terra, condiz com a realidade das comunidades tradicionais em Iará, que lutam e enfrentam um sistema caracterizado como hegemônico. O reconhecimento e a demarcação desses territórios como Quilombo, surge como resultado das contradições e por intermediação de lutas sociais de processos históricos.

Iará caracteriza-se como um município produtor de alimentos da agricultura familiar, onde possui tradições, culturas, samba de roda e de territórios quilombolas como as Comunidades Tradicionais Tapera Melão, Massaranduba, Baixinha e Olaria.

Nessa linha, atualmente o município apresenta problemas relacionados à distribuição de terras, diante da grande concentração, que são reflexos de uma construção histórica marcada e disseminada no país e região, ou seja, o camponês e camponesa não possui quantidade de terras suficiente e o que possui é insuficiente para desenvolver suas atividades, tendo que construir meios alternativos de permanência no meio rural, para subsidiar estratégias de sobrevivência.

Assim, consideramos a importância de criar políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar e para a mudança desta realidade. Compreendemos as dimensões econômicas como uma forma de dificultar o lado do produtor rural e facilitar a vida dos grandes empresários e latifundiários, ou seja, a economia, a distribuição das riquezas e das terras é concentrada.

Dessa forma, a modernização no ramo tecnológico fez com que os trabalhadores rurais se adaptassem a um novo modelo agrícola, onde os direitos das apropriações de bens da natureza, como a terra, reduz drasticamente a sua posse, tornando-as propriedade privada.

Na agricultura familiar, a produção de alimentos pode ser definida como um ciclo de diversas culturas anuais e perenes cultivadas em um ciclo agrícola produtivo, como é no caso da comercialização direta do agricultor para o consumidor, que é a melhor forma de apresentação dos seus produtos, constituindo-se uma rede de circuitos curtos de comercialização.

Deste modo, garantir que essa produção não seja direcionada para uma venda indireta, é um dos maiores desafios que a agricultura familiar vem enfrentando, pois devido a

mercantilização dos processos produtivos, os agricultores acabam tendo dificuldades para escoar seus produtos a preço justo.

Portanto, é visto que para continuar o abastecimento por meio da agricultura familiar é preciso entendermos que a propriedade da terra é insuficiente para que possamos continuar produzindo e abastecendo as mesas dos consumidores.

A agricultura familiar local ainda é pouco valorizada, pois apresenta grandes dificuldades para atingir uma boa produção, enquanto o percentual de produtividade é de acordo com o tamanho da propriedade, onde 70% corresponde a produção de pastagem e produção de gado, enquanto 30% representa a maioria que tenta sobreviver com as suas pequenas produções. Não obstante, vale salientar também que, o principal obstáculo se concentra no reduzido tamanho da terra para se desenvolver a agricultura camponesa.

A agricultura familiar ou de subsistência no município de Irará, encontra-se com complexidades nas relações socioeconômicas, políticas e culturais, as quais os camponeses lutam cotidianamente para a garantia do modo de vida camponês, com suas origens, crenças, cultura e o modo de lidar com a terra.

Sobre as políticas públicas gerenciadas pelo estado e acessadas no município de Irará, oferecem condições importantes para o fortalecimento da agricultura, mas é notório que o poder se sobressai como uma estratégia de domínio social concentrado. Ainda é muito difícil os agricultores acessarem certas políticas, hoje sendo as principais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

As relações de poder também se referem às organizações camponesas de cunho popular, as quais se configuram como produções oriundas do saber popular e de práticas conscientes que garantem o sustento da família, como uma unidade coletiva de produção, garantido que haja alimentos nas mesas e atendendo as necessidades familiares.

E diante deste cenário competitivo, há um contexto desigual, de reivindicação na luta pelos direitos que foram negados por uma expressiva questão racial, no que tange à propriedade da terra e aos territórios quilombolas Iraraenses, dessa forma, [...] “as questões territoriais surgem na perspectiva geográfica das dinâmicas historicamente construídas num processo contínuo de segregação espacial e racial e de resistência territorial” (SANTOS 2008, p. 22).

Em Irará a realidade posta compara-se ao modelo de organização sócio territorial da sociedade, restando-lhes apenas a exclusão e a negação de direitos, como um elo de contradições históricas presente neste lugar. Assim, nesse contexto a comunidade tradicional e

os produtores e produtoras da Tapera possuem uma grande relevância social, na perspectiva de mudança, empoderamento, autonomia e como uma organização social que se propõe preservar e estimular os valores comunitários, na construção de um modelo de vida mais saudável e na compreensão social e histórica.

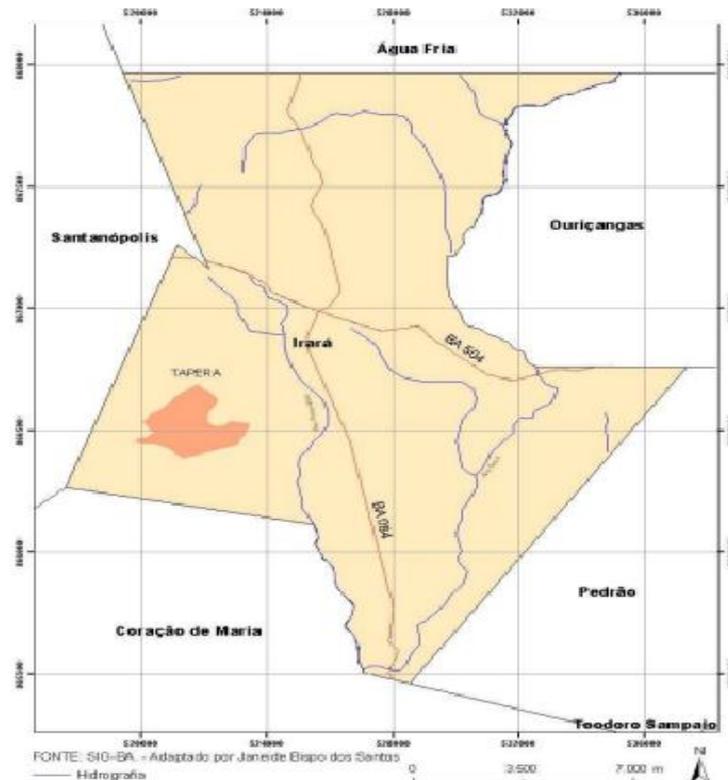
Da mesma forma, essa comunidade contribui para o avanço positivo da agricultura municipal, pois trata-se de um público de moradores que produzem e comercializam seus produtos para garantir o sustento e ter uma fonte de renda.

#### **4 – A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE TAPERA MELÃO: ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS E PRODUTIVOS**

A comunidade tradicional de Tapera Melão, encontra-se localizada a 6 quilômetros na região oeste do município de Irará, sendo constituída por aproximadamente 800 moradores e 200 famílias, com uma área territorial de aproximadamente 1.500 hectares, distribuídas de forma proporcional, formada a partir das fragmentações de uma grande propriedade a partir das doações realizadas por Zezé Martins para ex-escravizados.

As terras da referida comunidade eram de apropriação da Igreja Católica e após a expulsão dos mesmos, passou a ser ocupada por um português de nome João Costa Melão. Naquelas terras eram cultivadas a cana-de-açúcar e plantação de fumo. Os moradores deste território possuem uma característica forte em relação a outras comunidades, ou seja, são moradores que carregam histórias e tem em si o desejo de compartilhá-la, que por sua vez não vivenciou nenhuma situação conflituosa, embora esteja enfrentando um processo de regularização e desterritorialização do seu território.

**Figura 2.** Localização da comunidade de Tapera Melão, em Irará-BA.



**Fonte:** Janeide Santos, 2010.

A vegetação nativa na comunidade faz parte do bioma caatinga com variações climáticas determinada pelos períodos chuvosos e de estiagem. Existe também a relação entre a vegetação, o clima e o tipo de solo areno-argiloso, sendo propício para o plantio de diversas culturas. A variação climática corresponde diretamente com a topografia, sendo considerada como uma região semiárida pertencente ao portal do sertão.

A maioria das casas são feitas de bloco, possui água encanada, entretanto há sérios problemas com o abastecimento. Muitas casas possuem fossa séptica e existe a presença de energia elétrica atendendo todas as famílias da comunidade. Todavia, destacamos a ausência de políticas públicas destinadas à sobrevivência da comunidade.

A população ativa na comunidade em sua maioria são lavradores da terra, aposentados, trabalhadores diaristas e assalariados. Compreende-se que a maioria dessa população faz uso da terra para produzir seu sustento e nesse sentido, vivencia cotidianamente as contradições e exclusão destinada a população do campo.

Realidade essa que não somente a Tapera Melão vem enfrentando, mas todas as comunidades do município, pois a falta de oportunidade incide ao êxodo rural, implicando diretamente na migração dos povos do campo para o grande centro em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, o êxodo rural é resultante da negação de política pública,

empregos e também de qualificação, visto que essa negligência impõe o esvaziamento do campo por meio da escassez dos recursos diversos.

Nesse sentido, é importante discutir as contradições entre a relação de uso e posse da terra, que condiz com a realidade das comunidades tradicionais em Irará, que lutam e enfrentam um sistema caracterizado como hegemônico. Assim sendo, a luta por acesso à propriedade da terra faz parte de um processo contínuo, materializado pela violência na esfera de um sistema colonial, de contradições existentes como na luta pela permanência em seus territórios de origem.

Atualmente, a comunidade encontra-se no processo de regularização territorial fundiária e demarcação das terras por meio do mapeamento e do georreferenciamento das terras no entorno do território, identificando quem são os moradores quilombolas e os não-quilombola, assim notificando essas pessoas que estão residindo em propriedades tradicionais, que as terras não podem ser comercializadas e nem trocadas. Esse processo integra o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território.

Hoje, o processo de regularização territorial da comunidade encontra-se em desenvolvimento por meio de um processo administrativo, para legitimar a existência do seu território, sendo importante destacar que todas as propriedades da Tapera são registradas em cartórios, e nunca houve situações conflituosas por partes dos moradores, portanto, existe o repasse de pai para filho como herdeiros.

A comunidade já possui certificação de patrimônio vivo pela Fundação Cultural Palmares, desde 19 de abril de 2010, mas ainda não possui o documento definitivo de posse da terra (título), emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), devido a um longo processo administrativo, ou seja, a comunidade precisa estar de acordo com os critérios estabelecidos pelo INCRA e Coordenação de Desenvolvimento Agrário. Na figura 3, temos uma imagem que representa o território Quilombola de Tapera Melão.

**Figura 3.** Território Quilombola de Tapera Melão, 2022.



**Fonte:** Registros Fotográficos da Autora, 2022.

Devemos observar, a importância em destacar que todas as propriedades da Tapera são registradas em cartórios, tendo algumas delas nas mãos dos latifundiários. Por esse motivo a importância de regularizar o território Quilombola, visto que, além dos latifundiários há moradores que já demonstraram interesse em comercializar as propriedades e/ou já comercializaram, pois muitos residentes do território não são Quilombolas e isso pode interferir nas etapas da regularização.

A demora do processo administrativo para a titularização, de certa forma tem fortalecido esse movimento, por isso a importância de entendermos o significado do processo de territorialização das comunidades tradicionais em Irará.

As lutas dos povos Quilombolas é contra um sistema caracterizado como hegemônico, onde os homens e mulheres eram vistos como negros fugitivos, escravizados, forçadamente trazidos como mercadoria. Nesse viés, a luta e resistência desses povos é para além da liberdade, é para a inclusão de direitos jurídicos, no reconhecimento das questões raciais, na luta por igualdade, na afirmação das diferenças em relação ao outro, na titulação das terras para as comunidades remanescentes de Quilombos, ou seja, a luta do povo negro é para libertar a humanidade.

Nesse contexto, é importante compreender que por muito tempo os Quilombolas, além de terem sido explorados, escravizados e comercializados como uma mercadoria, foram também protagonistas de lutas e reivindicações por sua descendência.

Dessa forma, o Quilombo foi interpretado como lugar de ressignificação dos direitos, em pleno processo de redefinição e titularização das terras das comunidades remanescentes, surgindo como uma proposta de luta e resistência que [...] “reemerge, então, como símbolo de

lutas dos negros (no passado e no presente), significado que vinha sendo construído pelo movimento negro brasileiro” (SANTOS, 2008, p.652).

Para tanto, o processo de ressignificação dos direitos faz parte de uma luta sociopolítica, cultural e histórica, trazendo diversas maneiras de interpretações e significados, como grupos de pessoas negras refugiadas de senzalas, na realidade árdua de indivíduos oprimidos por um sistema capitalista e totalmente racista.

Nesse sentido, as comunidades tradicionais em Irará, que fazem parte do processo histórico de formação sócio territorial que, por sua vez, muitas delas enfrentaram dificuldades para serem titularizadas como comunidades remanescentes. Assim, se faz necessário entender o contexto histórico das comunidades, quais foram os principais desafios enfrentados, lutas e conquistas almejadas.

Observamos que, em relação a desnaturalização e desigualdades:

Aqueles que se rebelavam com a situação de escravização e marginalização em que se encontravam, nela forçosamente inseridos, como trabalhadores explorados à exaustão, capturados e arrancados de seus territórios originários, comprados e vendidos como mercadoria. (FERREIRA, 2012, p. 648).

A comunidade Quilombola de Tapera Melão faz parte de um processo genealógico, constituída pelo povoamento de moradores. Na comunidade não possui saneamento básico, não tem coleta seletiva do lixo, o que compromete a sua decomposição, dessa forma, o lixo é queimado e parte dele é reutilização como matéria orgânica de adubação do solo.

Entendemos que, ainda são muito precárias as políticas públicas para as comunidades tradicionais, sendo um processo constante de lutas históricas para a definição de espaço e [...] “na configuração de sua identidade étnica” (SANTOS, 2008, p.24).

O território Quilombola ancestral perpassa por um elo das relações construídas hierarquicamente, na busca por mudança e na preservação cultural do processo de auto identificação como um ato organizativo desse grupo social.

Para tanto, o modelo de organização da comunidade está alicerçado através da associação comunitária, trata-se de uma Associação Rural Quilombola, formada por um grupo de pessoas à frente de um projeto social. Ressaltamos que é fundamental abordar que essa organização social é composta por uma mesa diretora, membros e associados e não possui fins lucrativos.

No âmbito da produção de alimentos e do trabalho coletivo, na comunidade existia um grupo de mulheres à frente da produção de beijus e dos derivados da mandioca, uma pratica culturalmente existente e, tradicionalmente passada de geração para geração. Atualmente, esse

grupo de mulheres não existe mais, hoje a produção é desmembrada, ou seja, cada produtora é responsável por sua produção, processamento e comercialização.

A comercialização desses produtos é realizada pelas próprias produtoras, elas que vêm fortalecendo o empoderamento feminino e a economia solidária local. Assim, entzamos que a comunidade mantém essa cultura ativa e é uma das principais formas de geração de renda de dezenas famílias.

Conforme já mencionamos, a produção de alimentos no local se quantifica de acordo com o tamanho da propriedade da terra, onde destacamos o cultivo da mandioca, milho, feijão e amendoim, ambos os produtos fazem parte da geração de renda e sustento das famílias na comunidade. De acordo com Caldart, os campesinos “estabeleceram uma especificidade que lhes é própria, seja em relação ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a natureza. (2012, p. 29)”

O trabalho desenvolvido por essas mulheres não é apenas direcionado para a produção dos derivados da mandioca, mas também para o empoderamento feminino, na perspectiva da mudança de vida e também da realidade de uma comunidade que por muito tempo foi marginalizada. Hoje a divisão do trabalho se assemelha ao desenvolvimento sustentável, com perspectiva de gênero, pois é onde as mulheres vêm ocupando os espaços e sendo uma representatividade no âmbito social.

A produção do beiju é uma atividade culturalmente ativa na comunidade, a sua produtividade traz muitos aspectos que fundamentam a história e o contexto social dessas mulheres. Atualmente, a comercialização é feita na feira livre da cidade, nos boxes do mercado municipal, o beneficiamento dos derivados da mandioca, além de valorizar a cultura, é uma alternativa de inserção da mulher nas atividades econômicas estimulando e fortalecendo seu papel dentro da sociedade.

**Figura 4.** Produção dos derivados da mandioca na casa de Dona Lúcia, comunidade Quilombola de Tapera Melão, 2021.



**Fonte:** Dheik Pereira, 2021.

Nesse sentido, pensar no desenvolvimento da comunidade, requer pensar diretamente no sujeito que faz parte da construção e do desenvolvimento emancipatório do campo.

É importante destacar que a produção de insumos, de frutas, verduras, beijos, bolachinhas e seus derivados são comercializados na feira livre do município. A produção de alimentos visa a subsistência para o próprio sustento familiar, mas também se assemelha a uma prática solidária, onde os taperenses possuem em si o hábito de cooperação, ou seja, a prática tradicional de ajuda coletiva, corroborando para a manutenção de uma tradição cultural.

Assim, compreendemos que a mandioca é o principal produto para a garantia das atividades econômicas, mas existe uma diversidade e variação de produtos como a batata-doce, mangalô, feijão de corda, tapioca fresca, o beiju, o pé de moleque e as massas de puba e aipim.

Nessa perspectiva, para compreender a produção na comunidade é importante entender o contexto do modelo produtivo e as especificidades em relação ao espaço de produção. “Assegurar o modo de vida tradicional é garantir a continuidade do acesso ao território, isto significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas produtivos” (SANTOS, 2008, p.167).

**Figura 5.** Cevada da mandioca na casa de farinha de Dona Lúcia, na comunidade de Tapera Melão, 2021.



**Fonte:** Dheik Praia, 2021.

Ainda no que se refere à caracterização da comunidade, ressaltamos que hoje a comunidade já tem evoluído bastante, como na inserção dessas mulheres em eventos representativos e fazendo parte da constituição de uma sociedade democrática e menos desigual, nos programas de políticas públicas do governo no, como PAA, e PNAE fornecendo produtos para merenda escolar. De acordo com a entrevistada A, em seu relato diz que:

A escola da comunidade está fechada a mais ou menos uns 8 anos, aqui não possui posto de saúde, temos que ir até a comunidade vizinha do Santo Antônio para ter acesso ao posto de saúde, aqui não temos a coleta seletiva de lixo, o lixo normalmente é queimado, e os orgânicos são reutilizados como compostagem para adubação do solo, nas casas possuem fossa séptica. O abastecimento de água na comunidade encontra-se ativos desde o período de janeiro de 2017, porém não cai água regularmente. Na comunidade possui as cisternas de captação da água da chuva,

política pública via CAR entre os anos 2009 a 2011. A energia da comunidade é muito fraca, na qual demanda uma revisão elétrica. A tapera é uma comunidade muito organizada, o lazer é muito participativo, é na participação religiosa, pescaria, jogos esportivos, samba de rosa, os encontros semanais de mulheres, as pastorinhas e as manifestações culturais. (Entrevistada A, concedida em 27/04/2022).

Nesse sentido, precisa ser reconsiderado que as políticas públicas devem ser repensadas e postas em práticas, pois é de direito desses povos o saneamento básico, o acesso a saúde e escolas regularmente ativas na comunidade. No que diz respeito a cultura na comunidade, os moradores relatam e expressam o sentimento de resiliência, de tradição e pertencimento.

De acordo com o estudo de Vanice Cerqueira (2019) sobre a Cantiga de roda aponta que, a cantiga de roda é oriunda de um círculo feito por homens e mulheres dando as mãos, cantando e proferindo versos, rimas e cânticos simbólicos. O Bata do feijão é também uma atividade cultural existente na comunidade, ao final da colheita do feijão é realizada a bata do feijão, prática tradicional cultivada há anos na comunidade.

Os homens fazem uma grande volta de quantidade de feijão e com um pedaço de madeira começam a bater na “ruma” de feijão e andam em volta do círculo cantando e juntando com os pés até que os grãos possam se desprender das vargens. Assim, é importante destacar a participação das mulheres no processo de “beatar” o feijão com a utilização de grandes peneiras, para separar os grãos de possíveis sujidades, como pedaços de palha e pedras.

As Pastorinhas é outra atividade cultural desenvolvida pela comunidade, um grupo de meninas que cantam e dançam canções, suas apresentações são realizadas no período das festas natalinas, esse grupo vem desenvolvendo essa atividade cultural a muito tempo e na época eram reconhecidos por “dançar a lapinha”.

Samba de roda e meladinha é a atividade cultural predominante na comunidade. Após os festejos nas comunidades, os moradores se reúnem e realizam o samba de roda e a meladinha é a confecção de uma bebida alcoólica a base da infusão de ervas, feita quando se tem a chegada de uma criança recém nascida, ou seja, com o nascimento de uma criança na comunidade a família ao receber um visitante serve essa bebida.

**Figura 6.** Capelinha Nª da Conceição da comunidade de Tapera Melão 2022.



**Fonte:** Registros Fotográficos da Autora, 2022.

Nesse sentido, a valorização cultural faz uma reflexão acerca da sua história no que se refere ao trabalho e a vivência social e os conhecimentos tradicionais populares na comunidade, considerando que a manifestação cultural é uma das formas de expressão popular e de identificação da cultura. Portanto, é importante pensar nas formas de potencializar a valorização das práticas culturais, como por exemplo, fortalecendo experiências individuais e coletivas.

É importante também pensar que essa cultura esteja em condições de risco, com a ausência de projetos sociais de fortalecimento, com a falta de apoio do poder político em esfera hegemônica materializada, que reprime constantemente a liberdade e suas formas de expressão.

Entretanto, podemos dizer que o primeiro passo para manter a permeância da cultura viva é primeiramente aceitar que ela existe e acreditar que essa manifestação faz parte da preservação e da transformação cultural dos territórios tradicionais.

A partir desse cenário destacamos a importância da organização social estabelecida na comunidade. O associativismo vem proporcionando condições favoráveis de crescimento pessoal e interpessoal aos agricultores, fortalecendo a cultura, identidade e resistência na defesa dos territórios tradicionais. No que se refere a produção de alimentos, o associativismo tem contribuído na ampliação dos canais de comercialização, potencializando o desenvolvimento da agricultura familiar e dando as condições necessárias para participar de projetos públicos.

## **5 – A IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA COMUNIDADE TRADICIONAL TAPERA MELÃO**

No âmbito do desenvolvimento social e produtivo, a atuação das associações rurais vem promovendo constante emancipação, minimizando as dificuldades existentes no meio rural, bem como no desenvolvimento e a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais.

A Associação Quilombola dos produtores rurais da Tapera Melão (AQPTRM), foi fundada em 20 de setembro de 2000, iniciando seus trabalhos com um público pequeno de associados. O seu objetivo, como uma proposta participativa de organização social sem fins lucrativos, é assegurar os direitos dos associados, desenvolvendo projetos sociais que fortaleçam a agricultura local em benefício a comunidade.

Atualmente a presidência da associação é ocupada pelo Srº Djalma da Silva Pereira, membro da própria comunidade. As reuniões da associação acontecem todo terceiro sábado de cada mês na sede da associação, os principais problemas discutidos são relacionados com a regularização das ATAS e documentações para efetivar o andamento do processo administrativo de regularização fundiária.

Neste processo de desenvolvimento social, a associação comunitária vem desenvolvendo um trabalho de autogestão e a partir deste trabalho vem pleiteando projetos e parcerias com entidades públicas em prol do fortalecimento da agricultura familiar, a destacar a construção de políticas emancipatórias para a promoção do desenvolvimento local.

A AQPTRM tem sido uma entidade de grande relevância social, foi a primeira associação rural a negociar a comercialização de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Também foi beneficiada com o projeto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) na construção de 12 casas populares, 65 cisternas, como também o benefício do crédito rural pelo Banco do Nordeste, sendo beneficiada com uma unidade de polpa de frutas. Além, de auxiliar a comunidade no acesso a benefícios sociais de aposentadoria rural e auxílio à maternidade.

A associação foi uma das intermediadoras no processo de reconhecimento, sendo uma etapa primordial para a construção do entendimento ancestral, naquela época foram realizados entrevistas e documentários com moradores reconhecendo suas origens e a partir disso foi realizado o mapeamento das terras da comunidade.

O processo de regularização fundiária da comunidade encontra-se em andamento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão sendo responsável pelo mapeamento e georeferenciamento do território, sendo responsável em notificar os moradores que não são descendentes de quilombola na comunidade.

Durante o processo de demarcação não houve conflitos, os fazendeiros ali existentes foram notificados sobre suas propriedades fazerem parte do território, reconhecendo que suas propriedades não poderão ser comercializadas ou até mesmo trocadas.

Na comunidade, existe uma unidade de beneficiamento de polpa de frutas, essa unidade nunca foi utilizada devido a insuficiência da rede elétrica que não suporta o funcionamento dos equipamentos industriais. Essa unidade de produção seria fundamental para a geração de trabalho e renda dos moradores, principalmente para o beneficiamento das frutas de época. Com isso, a associação vem buscando formar membros da comunidade na perspectiva de solucionar os problemas que envolvem a agroindústria e seu funcionamento.

No que se refere a produção de alimentos na comunidade, através da associação tem sido possível cada vez mais escoar a produção, favorecendo a um entendimento amplo da importância de ser sócio e produtor.

Outra característica marcante é a parceria que a associação vem formando com Universidades públicas do estado, no desenvolvimento de pesquisas e projetos que tem por objetivo desenvolver atividades formativas como oficinas, cursos e eventos, visando o melhoramento da produção e dos produtos.

Assim, o associativismo é uma ação imprescindível dentro da comunidade, pois é uma forma de representação legal, onde agricultores e agricultoras com interesses comuns têm como finalidade resolver os problemas de forma coletiva e se juntam para discutir, pensar soluções e estratégias de forma comunitária.

Embora seja um direito ter acesso a benefícios como aposentadoria rural, salário maternidade, muitos desconheciam seus direitos e/ou a forma de acessá-los, nesse campo a associação tem atuado juntamente a comunidade. O apoio na organização da documentação para acesso a recursos para a compra de insumos e maquinários tem sido outra ação realizada na comunidade.

A maioria dos membros associados são agricultores familiares, que produzem e comercializam seus produtos frequentemente na feira livre. Nesse sentido, a associação tem auxiliado no escoamento e comercialização dos produtos.

A potencialidade dentro da comunidade é a produção da mandioca, sendo uma cultura bastante peculiar para a geração de trabalho e renda, com a produção de beijus e farinha, visto que existe uma diversidade de culturas como milho, feijão e hortaliças. Dessa forma, a associação tem sido uma aliada para o desenvolvimento da comunidade rural, pois é através dela que os agricultores e agricultoras são informados frente às questões físicas e jurídicas dos

empreendimentos rurais e tendo acesso a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), sendo ela física ou jurídica.

Os associados participam ativamente das reuniões mensais para definir as ações de melhorias a serem desenvolvidas no período e apontar novas demandas do coletivo. Uma destas pautas e que consiste numa das etapas desta pesquisa, foi a realização de diagnósticos rurais e oficinas de boas práticas de fabricação de alimentos com os derivados da mandioca.

No que se refere as atividades desenvolvidas na comunidade, fomentamos a realização do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), ao qual foi possível visualizar as forças, as fraquezas, oportunidades e ameaças, que são fatores internos e externos existentes na comunidade, tendo o objetivo de identificar esses fatores e as formas de como solucioná-los, através do fortalecimento organizativo desses sujeitos.

Nesse sentido, essa atividade possibilitou a identificação e definição do problema central “dificuldades de acesso as políticas públicas”, que interfere diretamente no acesso a assistência médica, programas e projetos, financiamentos, etc. Assim, a construção desse diagnóstico contribuiu de forma positiva para a análise crítica da realidade e dos problemas e potencialidade na comunidade.

**Figura 7.** DRP na Associação Quilombola dos Produtores Rurais da Tapera Melão, 2021.



**Fonte:** Registros Fotográficos de Raiane Barbosa, 2021.

A oficina Boas Práticas de Fabricação de Alimentos com os Derivados da Mandioca, teve como propósito apresentar para a comunidade participante as diferentes formas de beneficiar a mandioca e adequar-se as BPF (Boas práticas de Fabricação de Alimentos), que devem ser adotadas por todos aqueles que são manipuladores de alimentos.

Dessa forma, durante o desenvolvimento da oficina foi possível perceber que o conhecimento é uma forma mais exata da liberdade, assim como o desejo em conhecer e o prazer de aprender, conquistando um desenvolvimento pessoal, autônomo e social, além de possibilitar a troca de experiências, contribuindo para a formação coletiva.

No entanto, a satisfação da comunidade desenvolvendo novos pratos culinários e entendendo que a diversidade que a cultura da mandioca apresenta é bastante enriquecedora, caracterizando o cultivar como um patrimônio cultural dos Iraaenses, promovendo a sustentabilidade e garantindo a manutenção de inúmeras famílias.

**Figura 8.** Oficina de Boas Práticas de Fabricação de Alimentos com os Derivados da Mandioca.



**Fonte:** Registros Fotográficos da Autora, 2022.

As atividades desenvolvidas pela Associação Quilombolas dos Produtores da Tapera Melão, além de promover o desenvolvimento rural, reafirma os interesses coletivos de um povo, fortalecendo-os territorialmente, socialmente e economicamente. A seguir listamos, em síntese as principais ações desenvolvidas:

- a. O reconhecimento enquanto como comunidade tradicional quilombola;
- b. A primeira comunidade a fazer a negociação com Aquisição de Alimentos e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- c. Projeto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) na construção de 12 casas populares, 65 cisternas;
- d. Beneficiada com uma unidade de polpa de frutas;
- e. Banco de sementes;
- f. Benefícios sociais, auxílios e aposentadorias;
- g. Cestas básicas pela fundação Palmares.

Neste contexto, é de suma importância o desenvolvimento de projetos que visam fortalecer e incentivar a permanência da agricultura familiar, subsidiando o crescimento da produção, potencializando a geração de renda e oportunizando o melhoramento no processo de modernização do campo. Assim, faz-se necessário discutir o desenvolvimento rural no que diz respeito à ampliação do acesso ao crédito rural, geração de emprego e renda, como na

participação nos programas de políticas públicas, bem como a outros direcionados para inclusão na sociedade.

Dessa forma, as contribuições sociais e acadêmicas desta pesquisa, se apresentam no sentido de compreender a importância da produção de alimentos em Irará, a partir da Associação citada e, enquanto discente do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, poder contribuir com a comunidade através das oficinas e atividades desenvolvidas na Associação.

## **6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões frente aos problemas agrários no Brasil, nas últimas décadas, têm crescido gradativamente e atrelado a isso, crescem também os conflitos por acesso a terras existentes no campo e especificamente nas comunidades tradicionais. A divisão territorial das terras em Irará, compara-se ao processo histórico de formação do país, do modelo escravocrata na exploração da natureza, negando aos sujeitos e povos do campo a condição de permanecer no seu lugar de origem. Deste modo, a produção de alimentos vem sendo uma atividade fundamental para a geração de renda de milhares de famílias e a construção de estratégias de permanência no campo.

Ao observar a produção de alimentos no município de Irará, bem como os desafios e potencialidades existentes nessa produção, nos deparamos com um cenário bastante peculiar que envolve as comunidades tradicionais quilombolas presentes no local, com destaque para a Tapera Melão.

Desta forma, esse estudo faz referência ao processo de desenvolvimento do sujeito do campo e das unidades de produção familiar. Nessa perspectiva, surgem os questionamentos frente à produção de alimentos na comunidade e a importância de entender o contexto do modelo produtivo e as especificidades em relação ao espaço de produção, o que se deu a partir da Associação Quilombola dos Produtores Rurais da Tapera Melão.

Através da pesquisa foi possível compreender que a questão agrária presente no município de Irará se materializa desde o processo de formação sócio territorial local, por vezes marcado pelo tripé monocultura, latifúndio e trabalho escravo.

Aspectos, de certa forma, ainda presentes na região, em especial nos espaços que constituem os territórios quilombolas. Pois a concentração de terras no município foi e ainda consiste num dos problemas agrários centrais, pois deste desencadeiam inúmeros outros como

a invisibilidade das comunidades tradicionais, da produção da agricultura familiar, do acesso às políticas públicas, etc.

No que se refere a produção de alimentos, destaca-se desde a dificuldade de espaço para a produção (acesso à terra), a ausência de incentivos e políticas públicas que auxiliem na produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. Por esse motivo a importância da organização social construída pelos moradores.

Na Tapera Melão, comunidade que tem na base de sua reprodução social, cultural e econômica, a prática da agricultura familiar, o associativismo tem desenvolvido um papel de extrema importância para os moradores, seja na defesa de seus direitos e/ou no auxílio a melhorias voltadas à produção de alimentos.

A associação vem desempenhando um papel fundamental dentro da comunidade, como uma entidade promotora para alcançar metas e objetos comuns, na garantia de direitos fundamentais. Contudo, é necessário que através de ações desenvolvidas pela associação, as políticas públicas, projetos e parcerias estejam cada vez mais presentes na comunidade e que contribuam para a inclusão do desenvolvimento da população, tendo apoio e oportunidades.

## **7 – AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os desafios enfrentados ao longo do desenvolvimento do curso. A minha mãe Marizélia de Jesus Gomes e meus avós, Doralice de Jesus Gomes e Miguel de Souza Gomes a dedicação destinada à minha educação, a minha dignidade, caráter ao respeito com o próximo, que me incentivaram nos momentos mais difíceis e por toda paciência e toda a ajuda na realização dos meus sonhos. “A minha base de sustentação!” A minha família, em especial às minhas tias e tios por todo apoio e incentivo, sem eles eu não teria conseguido completar essa jornada, eles foram a minha força ao longo do caminho.

Ao meu namorado, Fernando Barros, por todo carinho, apoio, incentivo, atenção e ajuda nos momentos mais difíceis ao meu lado. E por acreditar na minha capacidade de querer vencer na vida! Te amo!

A minha orientadora Kássia Aguiar, por todo carinho e incentivo, pela boa relação que sempre tivemos ao longo do curso, me passando força, coragem e determinação para o desenvolvimento pessoal e profissional. “Ter uma orientadora como a senhora foi um verdadeiro presente que a vida nos presenteou”, obrigada, por tanto!

Agradeço a todos os meus professores que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado, e ao crescimento acadêmico. Aos meus amigos por acreditar na minha coragem e capacidade de crescimento profissional. Aos meus “colegas” pela boa amizade construída ao longo do curso, pelo carinho e pela capacidade de construir novas relações.

A Comunidade da Tapera Melão por abrirem suas portas e me acolher proporcionando o desenvolvimento dessa pesquisa, bem como na participação de reuniões e oficinas.

A Associação Quilombola dos Produtores Rurais da Tapera Melão e a gestão por me possibilitar o desenvolvimento dessa pesquisa. Meu muito obrigado!

A minha professora e amiga Josenilda Moreira, por todo incentivo, pela amizade e pela boa relação que sempre tivemos desde o meu ensino médio e por acreditar que eu sempre posso mais, por todos os momentos de alegria e de tristeza ao longo da construção e desenvolvimento dessa pesquisa.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, por contribuir com a minha formação acadêmica, proporcionando a inserção de um curso superior voltado à agricultura familiar, ao Programa de Permanência qualificada PPQ, que possibilitou a minha permanência na universidade.

Aos projetos de iniciação científica e ao projeto de extensão que foram essenciais para o meu crescimento como pesquisador e pelas experiências adquiridas ao longo do caminho.

Meus agradecimentos a todos que se fizeram presentes para a construção dessa pesquisa, Gratidão a todos!

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos.”

Provérbios 16:3

## 8 – REFERÊNCIAS

- Almeida, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O’Dwyer, E. C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.
- BARBOSA DA SILVA, F.; ABREU, Luis E. de I. Saúde: **capacidade de luta – a experiência do Conselho Nacional de Saúde**. Brasília: Ipea, 2002 (Texto para discussão, n. 933).
- BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDART, Roseli Salette et al (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO.J.M.; COSTA.D.A. Agricultura Camponesa. **Dicionário da Educação do Campo**, 2º edição. P. 26-31. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.sa

Carvalho, H. M. (org.). **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CRUZ, E., Povos e comunidades tradicionais. **Dicionário da Educação do campo**.596-601, 2012).

FERREIRA, S. B. Quilombolas. **Dicionário da Educação do campo**, p. 647-651,2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (org.) **Educação do Campo**: campo – políticas públicas – educação. (Série NEAD Especial; n. 10.) Brasília, DF: INCRA/MDA, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em:[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil\\_500\\_anos\\_de\\_luta\\_pela\\_terra\\_.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Palmares Fundação Cultural**, 2008. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=3041>. Acesso em 01 de setembro de 2022.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARX, K. **Capital**: essência e aparência: Nova Cultural. São Paulo,1988. (Os economistas).

MELLO, F.F.C. ; CERRI, C.E.P. ; BERNOUX, M. ; VOLKOFF, B. & CERRI, C.C. **Potencial de Sequestro de Carbono da Região Solo Atlântico Brasileiro**. In: LAL, R. ; CERRI, C.C. ; BERNOUX, M. ; ETCHEVERS, J. & CERRI, C.E.P., eds. Sequestro de carbono em solos da América Latina. Nova York, Haworth, 2006. P.349-368.

NEVES, D.P. Agricultura familiar. **Dicionário da Educação do Campo**, 2º edição.P.32-39. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular 2012.

NOGUEIRA, Aristeu. **Irará 88**. Irará: Prefeitura Municipal de Irará, 1988.

NOSELLA, Paolo.**Uma nova educação para o meio rural**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FE/PUC-SP, 1977.

OLIVEIRA A.N.; CORDEIRO. E.S. A LUTA PELOTERRITÓRIO: a terra como instrumento de identidade. (Tese de Doutorado) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano. n. 9,v. 1, julho de 2020, p. 21-33.

RIOS, Kássia A. N. A.; QUESTÃO DA LUTA NA/PELA TERRA E ÁGUA DOS PESCADORES ARTESANAIS: desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré- BA.466 f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2017.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Etnicidade e Memória Entre Quilombolas em Irará Bahia.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Estudos Afro Orientais – Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2008.

SANTOS, Janeide Bispo dos. **A territorialidade dos quilombolas de Irará (BA): olaria, tapera e crioulo.** Salvador, 2009. Santos, Janeide Bispo dos. A territorialidade dos quilombolas de Irará (BA): olaria, tapera e crioulo / Janeide Bispo dos Santos. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2009.

CERQUEIRA, V.B.; **Os desafios da inserção de estudantes da comunidade quilombola tapera melão, Irará - Ba numa escola urbana,** 2019.

SEIS, J .;Feller, C .; DENEFF, K .; OGLE, S.M .; MORAES, J.C. & ALBRECHT, A. **Matéria orgânica do solo, biota e agregação em solos temperados e tropicais - Efeitos do plantio direto.** *Agronomia*, 22: 755-775, 2000.

SHANIN. Teodor.; A definição de camponês: conceituações e desconceituações – **o velho e o novo em uma discussão marxista.** REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005 – ISSN 1806-6755

STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária hoje.** Porto Alegre.